

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.04.002

UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Luciana Freire Ernesto C. P. Sousa

RESUMO

A perspectiva de estágio aqui relatada decorre da concepção de estágio curricular supervisionado obrigatório do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. É uma proposta que representa um esforço de sistematizar e explicitar uma experiência de estágio desenvolvida no Atendimento Educacional Especializado, AEE – Etapa Educação Infantil - no Centro de Atendimento Especializado – CAE Renascer, da Associação Pestalozzi de Goiânia, conveniada com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. O cenário que se configura o nosso campo de estágio apresenta a mesma conjuntura de 2008, ou seja, configura-se de acordo com a política substitutiva à Política de Educação Especial, vigente desde 1994, que sustentava uma política de integração escolar. A Política para a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, provoca uma reviravolta na vida das instituições “especiais”, ao definir a Educação Especial como modalidade de ensino não substitutiva à escolarização, perpassando todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior, etapas e modalidades. Assim, o campo de estágio segue afetado pelos avanços e retrocessos que a Educação Especial sofre em nosso país e a nossa experiência de estágio, a partir da perspectiva histórico-crítica, busca, na formação inicial de professores, compreender o papel do AEE nesse cenário de disputas na implementação de políticas públicas de inclusão e contribuir com a formação de professores inclusivos.

Palavras-chave: Estágio, Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial, Inclusão, Formação docente.

INTRODUÇÃO

A experiência aqui relatada decorre da concepção de estágio curricular supervisionado obrigatório do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG, realizada no Centro de Atendimento Especializado – CAE Renascer – instituição conveniada entre a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia e a Associação Pestalozzi de Goiânia. O Centro de Atendimento Especializado CAE Renascer é filiado à Associação Pestalozzi Goiânia e caracteriza-se como uma instituição filantrópica criada em 1995, por pais e profissionais da educação do Estado de Goiás, à época, preocupados com a educação das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). (PPP, 2023/2024, p. 11).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, o CAE Renascer iniciou seus atendimentos nas áreas da Educação e da Saúde, visando atender a comunidade na faixa etária de seis meses a seis anos de idade, acreditando que “[...] o desenvolvimento do ser humano como um todo deriva de um processo global contínuo e gradativo na busca da formação, informação, habilitação e reabilitação da pessoa com necessidades especiais”. (PPP, 2023/2024, p. 11).

Segundo o PPP da Instituição a Associação Pestalozzi de Goiânia (APG) foi fundada no ano de 1974, por meio de Assembleia Geral, caracterizando-se como uma:

“[...] entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter de assistência social, educacional, saúde, habilitação e reabilitação, esporte, cultura, lazer, profissionalização, estudos e pesquisas, entre outros. Objetiva a proteção de direitos da dignidade da pessoa humana, promoção da cidadania, articulação com órgãos públicos na defesa e garantia de direitos sociais para o fortalecimento de organizações no atendimento socioassistencial às Pessoas com Deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA) ou hipótese diagnóstica de autismo e suas famílias. (PPP, 2023/2024, p. 12).

No entanto, ao longo dos anos, a Unidade CAE Renascer passou a acompanhar as políticas públicas para a Educação Especial inserindo-se nos encaminhamentos dados por essa política no que se refere ao trabalho realizado na instituição e as concepções de educação de pessoas com deficiência em nosso país.

A proposta de estágio da Faculdade de Educação da UFG, inspiradora da Resolução da universidade a respeito do estágio curricular encontra-se compartilhada no artigo O ESTÁGIO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: A CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS, de autoria de Dalva Eterna Gonçalves Rosa e de minha autoria. É uma proposta que representa um esforço de sistematizar e explicitar o projeto de estágio que é vivenciado no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG, regulamentado pela Resolução CEPEC/UFG nº 1539, de 06 de outubro de 2017, o qual foi vivenciado durante a experiência de estágio no Atendimento Educacional Especializado aqui compartilhada.

De acordo com Rosa e Sousa (2020), o grupo de professores, composto por dez docentes da então área de Didática e Prática de Ensino, como era denominada à época, buscaram uma identidade para as práticas desenvolvidas nessa área, com vistas a potencializar a melhoria da formação dos professores da educação básica. Segundo as autoras a interlocução com os estudos estrangeiros de (NÓVOA, 1992), (CONTRERAS, 1997; SACRISTAN, 1999; CONTRERAS, 2002), (TARDIF, 2002; CHARLOT, 2002), (SCHON, 1992; ZEICHNER, 1998), que propunham uma ruptura com a perspectiva de aplicação da teoria à prática, inaugurando uma discussão que conferiu destaque à reflexão e à produção de saberes pelos professores frente aos desafios de sua atuação no exercício da profissão docente, somada às discussões e estudos relacionados à sala de aula (ANDRÉ, 1994; OLIVEIRA, 1993), à interdisciplinaridade (FAZENDA, 1991, 1997) e à produção do saber didático e sua ressignificação na formação do professor (PIMENTA, 1994, 1997, 1999), impulsionaram uma tarefa compartilhada dos professores de Didática e Prática de Ensino para pensarem o Estágio do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG.

Os teóricos que balizaram a elaboração da referida proposta de estágio participaram de um movimento de ressignificação da formação do professor, trazendo essa ressignificação para o campo da Pedagogia, contribuindo, dessa forma, com o movimento feito por esse grupo de professores da Faculdade de Educação da UFG de pensar o estágio como um fecundo componente curricular na formação de professores. Assim, possibilitando a relação entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático, vivenciados nos campos de estágio, trazendo para o cenário acadêmico a compreensão de estágio que tem a pesquisa como recurso didático. Compreendendo assim que, a inserção da pesquisa no estágio contribui para o processo de autonomia dos sujeitos

envolvidos no percurso educacional, docentes e discentes da universidade e da escola básica. A esse respeito buscou-se estabelecer na proposta um diálogo com (ANDRÉ, 1994,1995, 1997; CUNHA, 1996; LISITA, 2006, p. 35), na busca de conferir aos atores do estágio o desenvolvimento do pensamento autônomo: ao observar, registrar, problematizar, refletir sobre a prática e intervir, provocando um movimento de diálogos e trocas entre os sujeitos envolvidos.

A proposta de estágio aqui relatada mantém a estrutura e concepção teórica exposta, porém não é estática, visto que sofre alterações e inserções ao longo do seu desenvolvimento, considerando as condições e mudanças ocorridas no campo de estágio, bem como as mudanças na compreensão e implementação da concepção de educação inclusiva em nosso país, bem como o papel que o AEE assume na implementação da proposta de inclusão nos espaços escolares. Nesse sentido, o estágio realizado no CAE Renascer, desde 2013 até a atualidade, tem acompanhado de perto essas mudanças e contribuído com a formação de professores, durante a formação inicial, para a inclusão.

A respeito dessa formação, CALDERANO, na 36ª Reunião Nacional da ANPEd, realizada no município de Goiânia-Go, entre 29 de setembro e 02 de outubro de 2013, apresenta dados curiosos e instigantes sobre a formação de professores no Brasil, ressaltando que “A preocupação com os processos formativos de docentes datam de longo tempo e as reflexões acumuladas em torno dos problemas neles encontrados indicam que suas soluções estão distantes.”, reconhecendo o movimento em prol da ressignificação da formação de professores, porém alertando para as limitações dessa formação. No que se refere à educação inclusiva, não é diferente. Embora tenhamos ordenamento jurídico e políticas públicas de apoio à inclusão, ainda estamos, no Brasil, a caminhar nos processos inclusivos nos espaços escolares e na formação de professores.

A autora destaca, neste estudo, a fragilidade da compreensão das concepções teórico-práticas sobre o estágio curricular e atribui a isso a ausência de um projeto pedagógico consistente da(s) Instituições do Ensino Superior (IES) para a formação de professores. Além disso, denuncia a ausência de uma política nacional neste campo.

Nesse sentido, concordando com as reflexões de Calderano (2013), entendemos que “há urgência de ajustes internos às IES para que o estágio saia do contingente de ações isoladas, da passividade e burocracia a que ainda está submetido.” A autora ressalta “a necessidade de medidas interinstitucionais para que de fato a realização do estágio se torne uma ação orgânica constituinte

de um processo de formação inicial que se traduza em preparação profissional adequada aos desafios do mundo do trabalho.”

No entanto há que se considerar, também, que nos últimos quinze anos houve uma melhoria, ainda que insuficiente, considerando a abrangência do desafio que a educação inclusiva impõe, na formação de professores e na produção acadêmica a respeito da inclusão. O movimento em prol da educação inclusiva é relativamente novo em nosso país, considerando o período extremamente longo de exclusão que as minorias, dentre elas o público alvo da educação especial, vivenciaram.

É nesse contexto que esse texto se insere, entre as discussões sobre estágio na formação de professores e a implementação e operacionalização da política de inclusão no nosso país, mais especificamente os meandros desse processo, em uma instituição de Atendimento Educacional Especializado vinculada à política de Educação Especial da Secretaria de Educação do Município de Goiânia, Goiás.

A experiência de estágio vivenciada é, portanto, permeada pela concepção de estágio inaugurada pelo grupo de professores do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG, da qual faço parte desde o princípio, afetada pelo desenvolvimento do estágio ao longo desses quase trinta anos de orientação, dos quais, onze se deram no CAE Renascer, com o público da Educação Especial na Educação Infantil.

De acordo com Carneiro (2012), há que se re-organizar a escola, desde a educação infantil, primeira etapa da educação básica, para que a educação inclusiva ocorra conforme referendada nas políticas educacionais brasileiras.

Situamos o leitor em relação à construção desse caminho, em especial ao caminho trilhado para a elaboração do Projeto de Estágio do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG, para então adentrarmos a uma experiência de estágio no AEE – Educação Infantil - Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAE Renascer - Associação Pestalozzi de Goiânia/ Secretaria Municipal de Goiânia.

POR DENTRO DO ESTÁGIO

Como discutimos anteriormente neste texto, o estágio do curso de Pedagogia da UFG, ainda que institucionalizado, vive uma realidade na qual a

escolha do campo de estágio, bem como o contato com a instituição campo de estágio, fica a cargo do professor orientador de estágio.

Assim, no ano de 2013, inauguramos o estágio de duas turmas do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG no Centro de Atendimento Especializado – Unidade Renascer, no período matutino e vespertino. O CAE Renascer é uma instituição formal de educação, nos moldes do que preconiza Libâneo (1992), porém que se diferencia do espaço escolar, propriamente dito. Parece ser um tanto quanto contraditória essa questão, uma vez que essa instituição abriga, no seu interior, modos e estruturas de escola, porém não é categorizada como tal. Há, nesse quesito, uma razão quase inquestionável de perda do status de escola.

O cenário que se configura para o nosso campo de estágio insere-se na nova Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. O CAE Renascer, antiga escola especial, transforma-se em Centro de Atendimento Especializado e trabalha conjuntamente com os Centros de Educação Infantil, CMEIs, no Atendimento Educacional Especializado, atendendo, no contraturno, crianças de 6 meses a 6 anos de idade, matriculadas na Educação Infantil na rede comum de ensino do Município de Goiânia, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação, após avaliação multiprofissional ou por Nota Técnica.

METODOLOGIA

As discussões aqui apresentadas decorrem da orientação de dez turmas de estágio nas salas de AEE no campo de estágio - CAE Renascer – Associação Pestalozzi de Goiânia/SME Go, no período de 2013 a 2023.

As turmas de estágio na Educação Infantil contém o número máximo de 12 estagiários, sendo o estágio desenvolvido nos turnos matutino e vespertino.

A perspectiva de estudo insere-se na pesquisa qualitativa com propósitos didáticos proporcionando “acesso aos conhecimentos científicos e possibilitando ao professor assumir um papel ativo no seu próprio processo de formação e incorporar uma postura investigativa que acompanhe continuamente sua prática profissional.” (ANDRÉ, 1994).

Para conhecer a realidade do campo de estágio foram utilizados instrumentos de pesquisa qualitativa, tal como descritos por Lüdke e André (1986).

Os dados, portanto, são oriundos da orientação e leitura dos diários de campo produzidos a partir de observações participantes e de “docência

compartilhada” pelos estagiários nas sala de AEE no período descrito e análise documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que o professor é sujeito de sua história e que sua formação deve, portanto, proporcionar que ele assuma o seu lugar de sujeito construtor intelectual, capaz de realizar reflexões sobre a nova realidade que o cerca, o estágio se constitui como uma disciplina que visa oportunizar aos estudantes de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG uma vivência no campo de estágio escolhido que proporcione aos futuros professores adentrarem à realidade da Educação, no nosso caso, da Educação Especial e, por dentro dela, refletirem sobre a educação inclusiva e o papel do AEE no processo de inclusão das crinaças na Educação Infantil.

A presença no campo de estágio se dá participando ativamente de momentos que se entrelaçam e que não seguem uma linearidade fixa. ROSA e SOUSA (2020) explicitam esses momentos, a saber:

- Apreensão da realidade da escola como campo – objetiva a compreensão, a descrição e a análise do cotidiano escolar (elaboração do diário de campo);
- Elaboração do projeto de ensino e pesquisa – a partir da problematização das situações vivenciadas, definir o tema do projeto de ensino e pesquisa. A elaboração do projeto implica preparação teórica, em especial a respeito de conhecimentos básicos de pesquisa, com o objetivo que o aluno desenvolva atitude investigativa;
- Desenvolvimento do projeto de ensino e pesquisa – execução da proposta de ensino na escola como campo, envolvendo os aspectos descritos;
- Relatório final do estágio – apresentação da intervenção docente na escola campo que evidencie a compreensão da realidade escolar e as contribuições de todo o processo de investigação para a construção pessoal e coletiva da formação docente.

Iniciamos o nosso estágio, portanto, pela atuação inicial do professor orientador, que a cada novo ano e nova turma, estabelece contato com a

instituição para confirmar a possibilidade de continuidade do estágio naquele espaço e organizar a distribuição das turmas de estágio nos turnos e salas de AEE disponíveis para o estágio.

Após os acertos iniciais começamos o estágio com a apreensão da realidade do nosso campo de estágio, que não é a escola, que não permanece com a mesma configuração de imagens, que é dinâmico, que se adapta à realidade de seus sujeitos e às determinações das políticas públicas e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Goiânia (SME Go). Cabe ressaltar que os professores e servidores técnico-administrativos da educação que trabalham na instituição são concursados e vinculados à essa secretaria, visto que há um convênio entre a Associação Pestalozzi de Goiânia e a SME Go. Os professores, por sua vez, necessitam ter especialização em Educação Especial, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Instituição.

Assim sendo, estagiários(as) e professora orientadora partem para uma investigação para apreensão da realidade do CAE Renascer no que se refere à organização pedagógica e administrativa da instituição e constata-se, conforme explicita André (2001) que “para compreender e interpretar grande parte dos problemas da área da educação é preciso lançar mão de enfoques multi/inter/transdisciplinares e tratamento multidimensionais.”

Nessa etapa do estágio, por meio de instrumentos de coleta de dados de pesquisa qualitativa, conforme descritos por Lüdke e André (1986), os(as) estagiários(as) passam às práticas de observação, realização de entrevistas, análise de documentos (Projeto político Pedagógico, fichas diagnósticas das crianças, relatórios médicos e pedagógicos, planejamentos docentes, PAEE – planos de atendimento educacional especializado, dentre outros documentos) e conversas informais com sujeitos integrantes do processo. Inicia-se aí a etapa de apreensão da realidade do campo, partindo para conhecer também as crianças das salas de AEE e suas realidades.

Retorna-se a essa primeira etapa sempre que necessário no intuito de esclarecer alguma dúvida, ou de compreender melhor qualquer aspecto que seja.

É nesse momento que os(as) estagiários(as) do curso de Pedagogia entrelaçam o conhecimento adquirido ao longo do curso sobre a organização do trabalho pedagógico e os aspectos relacionados à gestão da escola. Passa-se a elaborar, desde então, o relatório final do estágio, que só se finaliza, como o próprio nome diz, ao final do estágio. Faz-se, nesta etapa, o que usualmente denominamos na área de Didática e Estágio, como caracterização do campo

de estágio explicitando: que campo de estágio é esse? Como ele se constitui? Qual a sua vinculação administrativa? Onde ele está localizado? A que público atende? Qual a concepção de educação está presente? Dentre essas e tantas outras questões orientadoras, os(as) estagiários(as) iniciam um processo de produção intelectual com base na realidade observada fundamentada pela literatura que problematiza e analisa a área.

Dessa etapa parte-se para a observação e acompanhamento da prática pedagógica dos professores supervisores nas salas de AEE. Nesse momento os(as) estagiários(as) são subdivididos em duplas, ou de forma individual, e passam a observar a prática pedagógica das professoras supervisoras em cada sala. A quantidade de salas de AEE na instituição é variável a cada ano, pois depende diretamente de demanda da Rede Municipal de Educação de Goiânia e da capacidade da instituição. Há uma sala de AEE, nos dois turnos, matutino e vespertino, que atende apenas crianças da Educação Infantil, e as demais salas de AEE atendem crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, de acordo com a demanda. Os atendimentos são individualizados e com 40 minutos cada atendimento.

As observações são realizadas pelos(as) estagiários(as) que fazem o registro e a documentação dessa observação. De acordo com Ostetto (2017) “O exercício do registro diário oportuniza, de maneira ímpar, a articulação entre aspectos teóricos e práticos implicados na ação docente, entre conquistas realizadas e desafios mapeados, entre o planejado e o concretizado”.

Lüdke e André (1986) ao falarem sobre a cientificidade da observação ressaltam que “as observações, de certa forma, acabam por ser pessoais, ou seja, são influenciadas por vários fatores, como: história de vida, bagagem cultural, grupo social a que pertence, aptidões e predileções”, apud ROSA e SOUSA (2020). No entanto, faz-se necessário esclarecer, que essa observação é uma ação orientada e sistematizada, para a qual, segundo ROSA e SOUSA (2020) o professor orientador e os estagiários discutem sobre a observação a ser realizada e definem o que observar, porque observar, quando observar e com que objetivo observar, definindo, desta forma, o objeto e o foco da observação, cabendo também, neste momento, determinar o grau de envolvimento do observador que, no caso dos estágios, assume o papel de observador participante.

A observação então se encaminha, tendo os estagiários(as) como observadores participantes, os quais passam, a partir de então, a estabelecer um

contato com as crianças, a conhecerem seus modos de ser, de estar, de sentir, de aprender. Passam a perceber e **compreender também as diferenças dessas crianças e as implicações dessas diferenças nos processos educativos. Reconhecer a deficiência da criança sim, é importante que se conheça a deficiência da criança, suas características, limitações, comprometimentos, possibilidades, porém é necessário que se conheça a criança. Vygostky (1898-1934) nos provoca e refletir sobre o papel da pedagogia nesse momento.**

Permito-me apenas indicar que, aqui, o único princípio continua sendo a superação ou a compensação dos defeitos correspondentes, cabendo à pedagogia não tanto se orientar pela insuficiência e pela enfermidade, mas pela normalidade e saúde que se conservaram na criança. (2021, p. 49)

A partir dos registros individuais, estabelece-se o diálogo entre as duplas, entre as duplas e os(as) demais estagiários(as), entre estagiários(as) e professor(a) supervisor(a) e entre estagiários(as) e professor(a) orientador(a) com intenção de reflexão e compreensão do “fazer” docente e da relação entre esse fazer e o desenvolvimento e aprendizado dessas crianças. Esses momentos são fundamentais para conhecer e compreender as metodologias utilizadas pelos professores supervisores (Método TEACH, ABA, Comunicação Alternativa e Aumentativa) os modos de ensinar, a organização do tempo e dos espaços, os recursos didático-pedagógicos, os planejamentos (PAI, PAEE), os registros (Álbum de memórias, relatórios), ou seja, adentrar ao universo do fazer docente na instituição.

No desenvolvimento do trabalho do estágio essas reflexões passam a subsidiar a escrita do Projeto de Ensino e Aprendizagem que “implica preparação teórica, a respeito de conhecimentos básicos de pesquisa, com o objetivo de que o aluno desenvolva atitude e habilidades investigativas e didáticas.” ROSA e SOUSA (2020).

Os projetos são elaborados pelos estagiários(as), sob a orientação do professor orientador(a) e em diálogo com os professores supervisores e versam sobre temáticas relacionadas ao dia a dia do trabalho observado com as crianças nas salas de AEE.

É o momento do planejamento, de teorizar sobre a prática pedagógica, de fundamentar as ações, de definir objetivos e metodologias de ação, de planejar o uso de recursos pedagógicos e por fim de elaborar as sequências didáticas a

serem desenvolvidas em cada uma das regências com as crianças. De acordo com Ostetto (2012), planejar é uma “[...] atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças”.

Desse modo, nessa viagem de conhecimento, o planejamento segue como orientador da prática docente e, no estágio, como instrumento coletivo de trabalho entre estagiárias(os), professoras(es) supervisoras(es) e professor(a) orientador(a), conforme CALDERANO (2013), em regime de Docência Compartilhada.

Assim sendo, os estagiários embarcam em uma viagem no exercício da docência nas salas de AEE, nas quais o(a) estagiário(a) assumia o papel de observador(a) participante e, desse momento em diante, assume o protagonismo da atuação docente juntamente com a professora supervisora da sala observada. O exercício da docência passa, então, a ser experimentado pelo grupo de estagiários.

É importante ressaltar, neste momento, o papel do AEE como atividade complementar e/ou suplementar à Educação Infantil, conforme legislação pertinente.

O registro, como documento que marca e guarda as minúcias da atuação docente, vai sendo feito a cada atuação e passa a integrar o relatório final de estágio. A partir da experiência docente vivida e registrada os (as) estagiários(as) passam a analisar o desenvolvimento do planejamento, refletir sobre o exercício da docência e a vivência nesse espaço de educação fazendo o registro das práticas vivenciadas, considerando o vivido – descrevendo e analisando teoricamente como foi a experiência de trabalho com a(s) criança(s) destacando:

1. Em relação à vivência da prática pedagógica:
 - As estratégias utilizadas para desenvolver o planejamento, para interagir com a(s) criança(s);
 - A participação e compartilhamento da(s) professora(s) supervisoras no desenvolvimento das atividades;
 - O alcance dos objetivos propostos (na totalidade, de forma parcial, o não alcance);
 - As dúvidas, as incertezas, a mudança de caminho no planejamento, a necessidade de adaptação;
 - O trabalho coletivo;

- A interpretação do vivido;
 - Os aspectos teóricos que fundamentam a prática pedagógica.
2. Em relação à(s) criança(s):
- As conquistas, as descobertas, as dificuldades, o comportamento (contextualizado e não qualificado);
 - As características do desenvolvimento e a evolução observada;
 - A recusa de participação e/ou as repulsas e ausência de interesse;
 - As interações, compartilhamentos, socialização, comunicação, verbalização ou não;
 - A atenção compartilhada, as aprendizagens e estratégias utilizadas pelas crianças para aprender/realizar/comunicar;
 - Os sentimentos expressos e não expressos;
 - • As ausências.

Assim, diante do vivido, da reflexão e do registro, parte-se para a análise do trabalho realizado no qual os(as) estagiários(as) buscam responder, em conjunto com o grupo de estagiários, professor(a) orientador(a) e professor(a) supervisor(a), às questões orientadoras a seguir:

- O que aprendemos na vivência desse estágio?
- O que o Atendimento Educacional Especializado nos ensina?
- Qual o lugar que o CAE Renascer ocupa na POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA de 2008?
- Em que as práticas pedagógicas desenvolvidas no campo de estágio contribuem para a inclusão das crianças com deficiência?
- Como se estabelece a relação família/instituição? De que forma o trabalho realizado na instituição é compartilhado com as famílias?
- Qual a relação entre a instituição de atendimento educacional especializado e o Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) no qual as crianças estão matriculadas? Como essa relação se constitui? De que forma o trabalho realizado na instituição é compartilhado com a equipe pedagógica e/ou professora do CEMEI para continuidade do trabalho de estimulação das crianças, de adaptação dos “modos”

de ensinar e das atividades a serem desenvolvidas com as crianças atendidas no AEE?

- Em que medida a vivência no campo de estágio CAE Renascer contribui para a formação docente na perspectiva inclusiva?

Essas questões permeiam as reflexões a respeito do estágio no AEE, no período orientado, e se fazem presentes nos diários de campo dos estagiários, bem como explicitam a organização do Atendimento Educacional Especializado no que se refere ao seu papel complementar na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio no Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem se constituído como espaço formativo para a docência na perspectiva da educação inclusiva na medida em que insere, na formação docente, um espaço privilegiado de conhecimento e reflexão da prática pedagógica desenvolvida nas salas de AEE e apropriação de conhecimentos para a formação e construção da identidade profissional do professor.

O AEE, de acordo com a Política para a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), é oferecida na instituição de forma complementar ou suplementar à escolarização das crianças com deficiência.

O Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, define, no artigo 2º, § 1º, que serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I. complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou
- II. suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

E define, no § 2º, que

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Dando prosseguimento, o Art. 3º define como sendo objetivos do atendimento educacional especializado:

- I. prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II. garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III. fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV. assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O Atendimento Educacional Especializado constitui-se um lugar de possibilidades de se minimizar e eliminar as barreiras que impedem e/ou dificultam a inclusão das crianças nas Instituições de Educação Infantil atendendo ao que dispõe o decreto.

A prática pedagógica desenvolvida pelas professoras de AEE acompanhadas pelos(as) estagiários(as), no período considerado, demonstram sintonia com as políticas públicas para inclusão, uma vez que realizam um trabalho pedagógico que considera a criança em primeiro lugar, suas possibilidades, seus interesses e desejos, suas necessidades e as necessidades para sua inclusão.

O trabalho pedagógico observado e descrito pelos(as) estagiários(as) explicita uma prática pedagógica que prioriza as necessidades da criança no trato com os conhecimentos criando estratégias de ensino para uma aprendizagem significativa e adaptada às condições da criança, favorecendo assim a inclusão social e educacional dessas crianças.

O diálogo entre as professoras do AEE e as professoras dos CMEIs se deram de maneiras diferenciadas no período do estágio transitando entre momentos de devolutiva que aconteciam na instituição e ida das professoras

do AEE nos CMEIs com o propósito de troca e orientação sobre o trabalho pedagógico com as crianças.

A parceria entre família e instituição acontece de forma sistemática e contínua, uma vez que a família da criança permanece na instituição durante todo o período de atendimento e os diálogos entre a equipe de coordenação e as famílias são constantes, bem como com as professoras das salas. Há momentos formais e sistematizados de diálogos entre as famílias e as professoras ao final de cada semestre “letivo”.

A parceria entre instituição formadora, Faculdade de Educação da UFG e Centro de Atendimento Especializado – CAE Renascer indica a fertilidade do trabalho conjunto no estágio supervisionado obrigatório em um contexto de aprendizagens mútuas e colaborativas com vistas à ressignificação das práticas pedagógicas para a educação inclusiva.

Destaca-se que o trabalho conjunto entre a instituição formadora e o campo de estágio produz reflexões e conhecimentos que são socializados em momentos significativos tais como o Seminário de Estágio que ocorre anualmente e no qual o estágio assume o protagonismo na discussão promovendo a integração entre instituição campo de estágio e a universidade.

Do lugar da formação inicial, do olhar atento às mudanças das práticas educativas na Educação Especial, almejamos que o estágio continue a fomentar cada vez mais a inserção dos futuros pedagogos nos espaços educativos com vistas à inclusão efetiva das crianças com deficiência, público-alvo da Educação Especial.

Ainda que a Política para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva se apresente como um novo paradigma educacional sustentado pela noção de direitos humanos entrelaçados à construção, ou transformação, de sistemas educacionais em inclusivos, nos quais aconteceria uma mudança substancial na cultura da escola, bem como na sua estrutura organizacional e didático-pedagógica, estabelecida há séculos, de modo que todos os sujeitos, independentemente de sua deficiência, tivessem suas especificidades e necessidades educativas compreendidas e atendidas, há que se considerar que essa promessa, legítima e constitucional, ainda não se concretizou na íntegra.

Os desafios impostos para a inclusão no nosso país ainda se fazem presentes.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O papel da pesquisa na articulação entre o saber e prática docente.** In: Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino VII ENDIPE, Goiânia, 1994. BRASIL, Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, MEC, 2008.

CALDERANO, Maria da Assunção. **Docência compartilhada entre universidade e escola: formação inicial e continuada através do estágio curricular.** Relatório de Estágio pós-Doutoral, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 2013.

_____. **Tecendo relações entre teses e ações desenvolvidas por professores supervisores de estágio curricular.** 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.

CARNEIRO, Relma Urel. DALL'ACQUA, Maria Julia Canazza. CARAMONI, Patrícia Moralis (orgs.). **Educação Especial e Inclusiva: mudanças para a escola e a sociedade.** Jundiá: Paco editorial, 2016.

GOIÂNIA, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Atendimento Especializado (CAE) Renascer.** Associação Pestalozzi de Goiânia: Biênio 2023/2024.

GOIÁS, UNIVERSIDADE FEDERAL. **Resolução CEPEC nº731.** Define a política de Estágios na UFG para a formação de professores da Educação Básica, 2005.

GOIÁS, FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG. **Projeto político Pedagógico do curso de Pedagogia**, Goiânia: Goiás; 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Os Significados da Educação, Modalidades de Prática Educativa e Organização do Sistema Educacional.** Inter-ação, Revista da Faculdade de Educação/UFG, Goiânia, 16(1-2), p. 35 -46, jan. dez. 1992.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas,** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ONU. **Declaração de Salamanca – sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, 1994.

ORRÚ, Silvia Ester. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

OSTETTO, Luciana E. (org). **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios.** 10 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

_____. **Registros na educação infantil: pesquisa e prática pedagógica.** Campinas, SP: Papyrus, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2004.

ROSA e SOUSA. **O Estágio do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás: a construção de caminhos.** In: *Imagens da Formação Docente – O estágio e a prática educativa.* Marilza Rosa Suanno (org.). Anápolis – Go: Ed. UEG, 2020.

VIGOTSKY, Lev Semionovitch, 1898-1934. **Problemas de defectologia;** Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elisabeth Tunes, 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.